

Agenda política compromete pauta climática

Categories : [Reportagens](#)

Passadas as comemorações pelo [histórico acordo de Paris](#), em que o Brasil teve importante papel na negociação, é bom que os brasileiros não tirem os olhos da agenda nacional. Embora não tratem de clima diretamente, diversas pautas do Congresso Nacional e do governo federal podem afetar o cumprimento da INDC – a meta de redução de emissões apresentada pelo Brasil às Nações Unidas – e a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano legislativo, que tem início no dia 1º de fevereiro, já deve começar com a análise e votação dos projetos que estão incluídos na chamada Agenda Brasil, apresentada pelo presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) sob o pretexto de acelerar projetos que o governo considera estratégicos para o país voltar a crescer. A [agenda foi duramente criticada por ambientalistas](#), por conter projetos que ferem direitos indígenas e prejudicam agendas ambientais.

Um deles é o chamado licenciamento *fast-track* (PLS 654/2015), projeto de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que acelera a autorização ambiental para obras “estratégicas e de interesse nacional”. A proposta, que já foi aprovada na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – a comissão da Agenda Brasil –, estabelece que o governo indique por decreto quais são as obras estratégicas. Com a aprovação, os órgãos licenciadores terão prazo de no máximo oito meses para emitir as licenças.

A expectativa é de que a apreciação deste e de outros projetos que dispõem sobre o licenciamento no Congresso Nacional seja acelerada. “O *fast-track* vai direto ao plenário do Senado, e se aprovado segue direto para a Câmara. É uma pauta prioritária na volta do recesso”, avalia Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental.

Outra pauta polêmica é a PEC 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação. A Proposta de Emenda à Constituição é do ano 2000, mas foi em 2015 que teve sua apreciação mais acelerada. Foi criada uma comissão especial para analisar a matéria, que já está pronta para ser votada em plenário a qualquer momento. De acordo com Maurício Guetta, esta proposta também deve entrar na pauta assim que o Congresso voltar ao trabalho.

Em 2015 também foi criada comissão especial no Senado para analisar outro projeto de Romero Jucá, que dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas (PL 1610/1996), hoje vedada pela Constituição. A proposta aguarda designação do relator. Outros projetos com o mesmo escopo estão em análise, bem como o novo Código de Mineração.

“Embora não tenham ligação direta com a pauta de clima, a aprovação de certos projetos pode

levar à aceleração do desmatamento, além de uma agenda de energia que não é a mais adequada”, diz Marcio Astrini, do Greenpeace Brasil.

Também está em pauta no Congresso um projeto do senador Jorge Viana (PT-AC) que pretende transformar a INDC do Brasil em lei. A proposta apresentada em novembro de 2015 pede alteração da Política Nacional de Mudança Climática, com a inclusão das metas de redução de emissão apresentadas às Nações Unidas – 37% de redução em 2025 e 43% em 2030.

A proposta inclui apenas a meta nacional, e não todo o acordo de Paris, que prevê, entre outros mecanismos, o esforço para limitar o aquecimento em 1,5°C em relação ao período pré-industrial, além de ciclos de revisão das propostas apresentadas às Nações Unidas no ano passado. O acordo deverá ser assinado em abril em Nova York, na sede das Nações Unidas. O projeto aguarda a designação de um relator na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Energia

O governo espera realizar neste ano o leilão da usina hidrelétrica de Tapajós, um dos projetos considerados estratégicos para o governo para a expansão da geração de energia. O [polêmico projeto](#) ainda não passou por consulta pública nem análise de impacto ambiental, mas já está incluído no [Plano Decenal de Energia 2024](#), publicado pelo governo federal em outubro de 2015.

Um estudo apresentado pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) em dezembro de 2015 mostra que o desmatamento na região do complexo hidrelétrico do Tapajós pode crescer 25% e chegar a 3 milhões de hectares, no pior cenário. De acordo com o relatório do IPAM, mais de 30 terras indígenas na região podem ser afetadas, direta ou indiretamente. Isso porque, de acordo com os pesquisadores, o maior desmatamento ocorre de 70 a 90 quilômetros de distância das hidrelétricas. Ou seja, embora as hidrelétricas sejam uma fonte limpa de energia, as consequências do empreendimento podem ser ruins para o clima, com o aumento de emissões por desmatamento.

Além da previsão de novas hidrelétricas na Amazônia, o plano de investimentos prevê a destinação de mais de 70% dos recursos de energia para combustíveis fósseis. O planejamento considera que em 2024 o Brasil terá 7GW de energia solar instalados – ou seja, seriam contratados menos de 1GW por ano até lá – e 24GW de energia eólica – atualmente são 7GW em operação e 17,4GW em potencial, considerando as usinas em construção ou aguardando início da operação.

Em renováveis, porém, o ano começou com algumas boas notícias. A Lei Orçamentária Anual (LOA) inclui uma emenda coletiva da Comissão de Legislação Participativa que destina R\$ 9,9 milhões para a melhoria de instalações de infraestrutura de escolas públicas, com indicação de instalação de painéis solares. A LOA também inclui R\$ 760 mil, por meio de emendas parlamentares, para instalação de painéis fotovoltaicos em escolas no Rio de Janeiro e em São

Paulo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 também apresentam metas de “solarização” de prédios públicos. Pela LDO, a meta é que 520 prédios públicos tenham instalações solares ainda em 2016. A meta não é obrigatória, mas está entre as medidas prioritárias. O PPA dá espaço para a instalação de painéis fotovoltaicos dentro do orçamento do Plano de Educação – ou seja, em escolas e universidades federais. As medidas dependem agora de sanção presidencial.

Este artigo [foi publicado originalmente no site do Observatório do Clima](#), republicado em **O Eco através de um acordo de conteúdo.*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/grand-finale-da-cop21-politicos-choram-e-al-gore-rouba-o-palco/>
<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/tarde-demais-para-o-acordo-do-clima/>
<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/cop-21-supera-diferencias-e-chega-a-acordo-historico/>

<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/cop-21-supera-diferencias-e-chega-a-acordo-historico/>

<http://www.oeco.org.br/especiais/cop21/tarde-demais-para-o-acordo-do-clima/>